

***A lágrima de um Caeté* (1849): a figuração indígena na obra de Nísia Floresta**

***A lágrima de um Caeté* (1849): indigenous representation in the work of Nísia Floresta**

David Patrick Tavares Belo ¹

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Juliana Maia de Queiroz ²

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumo: O artigo propõe uma leitura crítica do poema *A lágrima de um Caeté* (1849), de Nísia Floresta, articulando-o ao contexto histórico e ideológico do século XIX e ao referencial teórico de Antonio Candido (1959, 1965), Darcy Ribeiro (1995), Simone Cristina Mendonça (2013), Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018), Constância Lima Duarte (1997, 1999, 2017, 2022), Immanuel Wallerstein (2003) e Aníbal Quijano (2005). A análise demonstra que a autora potiguar rompe com a tradição indianista do romantismo brasileiro ao substituir a idealização do indígena por uma representação consciente, melancólica e crítica da colonização. A figura do Caeté, narrador e símbolo do vencido, denuncia as violências coloniais, o apagamento cultural e a hipocrisia civilizatória europeia, transformando-se em emblema da resistência e da memória histórica dos povos originários. A obra de Nísia Floresta antecipa uma perspectiva indigenista e decolonial, ao expor as contradições entre os ideais de liberdade e a prática de dominação que marcaram a formação nacional. Sua poesia, ao unir lirismo e crítica social, evidencia a literatura como forma de conhecimento e instrumento de denúncia, mostrando a relevância de uma voz feminina e pioneira na construção de uma consciência histórica e estética brasileira.

Palavras-chave: Nísia Floresta; povos indígenas; colonialidade; literatura brasileira; século XIX.

Abstract: This article offers a critical reading of *A lágrima de um Caeté* (1849), by Nísia Floresta, linking it to the nineteenth-century historical and ideological context and to the theoretical framework of Antonio Candido, Darcy Ribeiro (1995), Simone Cristina Mendonça (2013), Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018), Constância Lima Duarte (1997, 1999, 2017, 2022), Immanuel Wallerstein (2003) e Aníbal Quijano (2005). The analysis shows that the Brazilian author breaks with Romantic Indianism by replacing the idealized image of the Indigenous figure with a critical and melancholic representation of colonial violence. The Caeté character, both narrator and symbol of the defeated, denounces cultural erasure and the hypocrisy of European civilization, becoming an emblem of resistance and historical memory. In this sense, Nísia Floresta's work anticipates an indigenist and decolonial approach by exposing the contradictions between liberty ideals and domination practices in nation-building. Her poetry combines lyricism and social critique, affirming literature as a space of knowledge and protest, and highlighting the significance of a pioneering female voice in shaping Brazilian historical and aesthetic consciousness.

Keywords: Nísia Floresta; Indigenous peoples; indigenism; Brazilian literature; nineteenth century.

¹ Mestre e doutorando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL/UFPA). Integrante do GEMLIT (Grupo de Pesquisa Vozes de Mulheres na Literatura). E-mail: dbelo76@gmail.com.

² Professora Doutora do programa de pós-graduação em Letras da UFPA (PPGL). Coordenadora do GEMLIT (Grupo de Pesquisa Vozes de Mulheres na Literatura). E-mail: julianamaia@ufpa.br.

Submetido em 29 de janeiro de 2026.

Aprovado em 21 de julho 2026.

Do olhar de Nísia ao pranto do Caeté

A literatura, longe de ser um fenômeno isolado ou puramente estético, é profundamente moldada pelas dinâmicas sociais, políticas e culturais de seu tempo, como bem pontua Antonio Candido em uma de suas formulações mais precisas em *Literatura e sociedade* (1965). Nela, o autor propõe uma superação dos reducionismos que marcaram as leituras literárias ao longo do tempo, pois segundo ele, “hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo *texto* e *contexto* numa interpretação dialeticamente íntegra” (Candido, [1965] 2023, p. 16, *grifo nosso*). Tal afirmação estabelece o fundamento de uma crítica que reconhece a necessidade de articular *forma* e *conteúdo*, estrutura interna e condicionamento social, sem reduzir a obra a um simples reflexo da realidade externa. Trata-se, portanto, de uma abordagem que recusa tanto o sociologismo quanto o formalismo puro, propondo uma crítica integral que reconhece no elemento social um fator atuante na constituição estética da obra. Essa perspectiva permite compreender a literatura como forma de conhecimento e de intervenção no mundo, como espaço onde se entrelaçam valores simbólicos e estruturas de poder, experiências subjetivas e coletivas.

O poema *A lágrima de um Caeté*, de Nísia Floresta, publicado em 1849, insere-se no contexto do romantismo brasileiro, mas rompe com a idealização da figura do indígena, uma das características marcantes desse movimento. A obra propõe uma reflexão sobre a opressão colonial e sobre a derrota liberal na Revolução Praieira, antecipando debates acerca da invisibilidade indígena que, contudo, ainda persistem no Brasil contemporâneo. Este trabalho tem como objetivo analisar o contexto histórico da narrativa e de sua publicação, além de apresentar um resumo crítico da trama com base nos estudos de Constância Lima Duarte (1997) e Stélio Torquato Lima (2008). Ao realizar essa análise, torna-se possível observar um paralelo entre o século XIX e a sociedade atual, demonstrando que a leitura da obra nisiana mantém-se pertinente e reveladora no cenário brasileiro contemporâneo.

O período que antecede a publicação de *A lágrima de um Caeté* foi marcado por

fortes crises políticas e econômicas no Brasil. A economia nacional enfrentava dificuldades com a queda nos preços do açúcar e do algodão, prejudicada pela concorrência internacional e pelo endividamento gerado após a independência, que aumentou a sujeição à Inglaterra. A entrada de produtos manufaturados britânicos impedia o desenvolvimento industrial do país, mantendo-o como exportador de matérias-primas. No campo político, o governo centralizador de D. Pedro I e as disputas entre liberais e conservadores alimentavam revoltas e movimentos separatistas, corroborando a instabilidade do Império, o que resultou em diversas revoluções dentro da nação. Nesse contexto de tensões e busca por liberdade, Nísia Floresta escreve *A lágrima de um Caeté*, inspirada pela Revolução Praieira.

Dessa forma, a obra de Nísia Floresta revela-se como um objeto de análise importante para compreender a presença da figura indígena na literatura por meio da autoria feminina que, considerando o contexto do século XIX, compunha um grupo muito reduzido, tendo em vista que a sociedade era dominada pelo patriarcado. Publicado em um momento em que o romantismo brasileiro – especialmente por meio do indianismo – buscava forjar uma identidade nacional idealizada, o poema narrativo de Floresta se distingue por adotar uma postura crítica e engajada, rompendo com a representação idealizada do indígena como o “bom selvagem” e evidenciando as violências, silenciamentos e perdas culturais provocadas pelo colonialismo. Tais aspectos demonstram as ideias defendidas por Candido (1965), para quem a literatura não pode ser dissociada de seu contexto histórico e social, pois *A lágrima de um Caeté* manifesta tanto em sua estrutura estética quanto em seu conteúdo temático, as contradições políticas e ideológicas de seu tempo. De acordo com Constância Lima Duarte (1999, p. 5), o poema de Nísia Floresta “reúne as duas maiores tendências do romantismo brasileiro: a questão indígena e as lutas político-sociais, ambas impregnadas de forte carga nacionalista”. Isso revela como Nísia Floresta utiliza a figura do indígena não apenas como símbolo de resistência cultural, mas também como uma metáfora para os conflitos contemporâneos de sua época.

Duarte destaca ainda que o poema de Nísia Floresta carrega um tom de denúncia em que o contato com o colonizador resultou na perda de identidade do indígena: “Em contato com o estrangeiro-invasor, ele deixa de ser índio, sem conseguir tornar-se igual ao branco” (Duarte, 1999, p. 9). A perspectiva crítica da autora no poema, assim,

ultrapassa a simples idealização do indígena para expor a complexidade da questão da perda cultural e da marginalização contínua dos povos nativos no Brasil.

A crítica proposta por Nísia Floresta não se limita apenas à denúncia da colonização. Ao estabelecer um paralelismo entre a opressão sofrida pelos povos indígenas e a Revolução Praieira, a autora amplia sua reflexão para abarcar outras formas de marginalização e resistência presentes na história nacional. Essa estratégia narrativa inscreve sua obra em um campo de tensão ideológica, no qual a literatura se torna espaço de enunciação política e de questionamento dos discursos hegemônicos. Trata-se, como argumenta Antonio Candido, de uma literatura que não abdica de sua função humanizadora: ao tornar visível a dor dos vencidos, ela participa da construção de uma consciência crítica da sociedade.

Além disso, estudar a obra de Nísia Floresta implica revisitar a tradição literária brasileira, frequentemente construída a partir de uma perspectiva eurocêntrica, patriarcal e excludente. Segundo Zahidé L. Muzart, ao tratar *A questão do cânone* (1995), no Brasil do século XIX, mesmo sob a sombra de um marido ou do pai, as mulheres se interessaram pelas ideias de sua época e buscaram participar da vida intelectual, muitas vezes criticando-as, atuando “na defesa das minorias, do índio e do negro, a voz feminina não esteve ausente” (Muzart, 1995, p. 89). Nesse sentido, a análise da figuração dos povos indígenas no poema nísiano contribui para uma revisão crítica das representações dominantes, colocando em evidência os conflitos entre o *discurso oficial* e as *narrativas subalternas*. Como apontam estudiosas como Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018), pensar a história do Brasil a partir das margens, sobretudo dos sujeitos historicamente oprimidos, é uma tarefa urgente para a crítica literária e historiográfica.

Assim, este artigo se propõe a examinar a obra *A Lágrima de um Caeté*, na qual o indianismo se configura como elemento central, indicando, a partir dessa análise, a crítica incisiva à colonização e às estruturas de poder que sustentaram a invisibilização dos povos originários, ao mesmo tempo em que se inscreve no debate sobre a identidade nacional e o lugar da mulher na produção intelectual do século XIX. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa e documental, apoiando-se em referências críticas como Constância Lima Duarte (1999, 2022), Simone Cristina Mendonça (2013), Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018), Darcy Ribeiro (1995), Stélio Torquato Lima (2008), além do referencial teórico de Antonio Candido, cuja obra oferece instrumentos

fundamentais para compreender a literatura como prática social. Complementarmente, este estudo dialoga com as reflexões de Immanuel Wallerstein (2003) e Aníbal Quijano (2005), cujas formulações sobre o eurocentrismo e a colonialidade do poder permitem situar a crítica de Nísia Floresta em um quadro mais amplo de contestação à modernidade ocidental e aos mecanismos ideológicos que legitimaram a dominação europeia sobre os povos não europeus. Ao fim, busca-se não apenas lançar luz sobre uma obra pioneira que merece ser mais e melhor estudada, mas também contribuir para a ampliação de horizontes críticos na literatura brasileira, valorizando autoras e perspectivas que romperam com os modelos dominantes inscritos pela historiografia literária no século XX.

1. História e Ficção no traço do Caeté

Como se sabe, ao longo século XIX, a figuração indígena ganhou um lugar importante nas representações culturais e artísticas da época. De acordo com Lilia Schwarcz, no livro *As barbas do imperador* (1998), o indígena imaginado, construído com o auxílio de uma visão eurocêntrica, tornou-se um elemento recorrente em obras literárias e nas artes visuais do período; para a antropóloga, “é assim que junto a alegorias clássicas surgem indígenas quase brancos e idealizados em ambiente tropical” (Schwarcz, 1998, p. 142). Essa concepção foi sustentada pelo interesse europeu em relação às culturas exóticas e desconhecidas, resultando em representações muitas vezes estereotipadas e distantes da realidade das comunidades indígenas.

A literatura, por sua vez, ajudou a disseminar essas representações dos povos nativos, pois importantes homens de letras descreveram personagens indígenas como símbolos de pureza, coragem ou até mesmo como obstáculos à colonização cristalizando assim, nas artes, imagens bastante estereotipadas ao longo do Oitocentos. No entanto, ainda há poucas pesquisas sobre as mulheres de letras que se propuseram a escrever sobre os povos nativos brasileiros ao longo do século XIX, e a ausência dessas autoras nos compêndios de história literária é gritante. Podemos pensar, portanto, que as escritoras foram silenciadas e excluídas da consolidação do cânone literário, mas não devido a uma tímida produção literária, pois, de acordo com Zahidé Muzart (1995, p. 90), “perto da produção masculina, podemos dizer que as mulheres pouco publicaram. Contudo, não pouco escreveram”. Inúmeras escritoras foram marginalizadas e suas vozes (que

poderiam oferecer novas perspectivas sobre a figura indígena e outros temas) foram sistematicamente apagadas dos compêndios literários.

Nesse sentido, Simone Cristina Mendonça (2013, p. 104) destaca que as histórias literárias "foram escritas focadas nos autores e obras que os críticos considerassem dignos de serem incluídos". Mendonça ainda observa que o cânone literário foi formado por meio de um processo de seleção institucionalizada, ou seja, a ausência dessas escritoras nas histórias literárias reflete um processo de apagamento deliberado, o que não significa que elas não estivessem escrevendo sobre o Brasil, produzindo excelentes narrativas e utilizando a figura indígena em suas obras.

Segundo Constância Lima Duarte, as escritoras brasileiras do passado foram vítimas de *memoricídio*:

Falta-nos a cultura da preservação e, por isso, sobra o *memoricídio*, isto é, o sistemático apagamento da memória cultural. No caso das mulheres isso ocorre (ou ocorreu) com muito mais virulência, pois não só seus textos literários foram *ignorados*, como também sua produção jornalística, sua história de luta e resistência. Os nomes das pioneiras só começaram a aparecer após o trabalho de resgate feito por um grupo de pesquisadoras, nas duas últimas décadas (Duarte, 2020, p. 173).

Em seu *Memorial do memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história*, Duarte evidencia “a mulher como sujeito do discurso” (Duarte, 2022, p. 18) como uma forma de preencher a lacuna bibliográfica. Ou seja, ela destaca a importância de reconhecer e incluir as mulheres, ressaltando que suas obras são tão significativas quanto a dos homens e, portanto, devem constar na historiografia literária. Esse movimento rompe com o silenciamento histórico, trazendo à luz vozes femininas frequentemente apagadas pela crítica tradicional. Nesse estudo, diversas pesquisadoras, tendo consultado variadas fontes primárias, resgatam os escritos das primeiras intelectuais brasileiras e demonstram que:

aquelas que ousaram exhibir o brilho de seu intelecto e romperam os limites impostos pelo poder patriarcal, publicando livros e fundando jornais, tornaram-se depois ilustres desconhecidas porque foram sistematicamente alijadas da memória e do arquivo oficial. Foram – em outras palavras – vítimas de *memoricídio*, conceito que designa o assassinato da memória e de uma cultura (Duarte, 2022, p. 16, *grifo da autora*).

Ao estudarmos a presença de Nísia Floresta na sociedade oitocentista, verifica-se sua atuação significativa nesse contexto; todavia, nota-se a sua ausência nas antologias

que pretendiam enumerar as personalidades de maior destaque. Constância Lima Duarte (1999), por meio do estudo de fontes primárias de e sobre Nísia Floresta, defende que a autora potiguar ultrapassou as barreiras que eram impostas no século XIX, tendo em vista a dificuldade da participação das mulheres nas artes e na vida política e social do país de então. Tendo Nísia Floresta como exemplo de transgressão e pioneirismo, observa-se que sua trajetória rompeu com as expectativas de gênero impostas às mulheres do século XIX. Como afirma Duarte (1999, p. 01), “a história de sua vida é pontilhada de inúmeros exemplos de ruptura com os padrões de comportamento vigentes”, Nísia Floresta não atuou apenas em uma área de trabalho, tanto que a estudiosa a considera como “romântica, indianista, abolicionista, feminista, republicana e ensaísta das mais atuantes”.

Ao considerarmos a exclusão histórica das mulheres das narrativas literárias brasileiras, conforme apontado por Constância Lima Duarte, a leitura de *A lágrima de um Caeté* adquire um nível fundamental na nossa literatura. Nísia Floresta, ao escrever sobre o indígena e a opressão colonial, inscreve-se como uma das primeiras vozes femininas a utilizar a literatura como forma de resistência política. Para Duarte (1999), o poema reúne as duas grandes tendências do romantismo nacional: o indianismo e as lutas político-sociais, revelando uma autora que transforma o lirismo em instrumento de denúncia contra o regime vigente na época.

O poema narrativo *A Lágrima de um Caeté*, publicado sob o pseudônimo Telesila, é um poema épico composto por 712 versos, protagonizado inicialmente pelo “índio Caeté”, que percorre a narrativa fazendo referências sobre a Colonização e também o segundo Império, revelando as marcas, por meio de uma sutil metáfora, do encontro entre o colonizador e os povos originários³. A relação entre obra e o contexto político do século XIX é essencial para compreender a dimensão crítica do texto nisiano. A autora potiguar, além de revisitar o indianismo romântico, o ressignifica à luz dos conflitos sociopolíticos de sua época, especialmente da Revolução Praieira, movimento de caráter liberal e separatista ocorrido em Pernambuco (1848-1849). Como observa Stélio Torquato Lima (2008), um dos pesquisadores da obra de Nísia Floresta,

A identificação do livro com a insurreição pernambucana, a propósito, também explica a repercussão que *A lágrima de um Caeté* obteve ao ser publicada: tratando de um tema que interessava bastante aos simpatizantes do partido liberal naquele momento, o trabalho de Nísia Floresta teve suas duas

³ A obra trata de dois momentos históricos, sendo eles o da Colonização e o segundo o Império.

primeiras edições rapidamente esgotadas (Lima, 2008, p. 70).

A forte vinculação com a Revolução Praieira fez com que *A lágrima de um Caeté* fosse, em alguns círculos, conhecida como *Poesia sobre a Revolução Praieira*. Acreditamos que essa confusão quanto ao título traz à tona a potência ideológica do texto e a forma como Nísia Floresta articulou o discurso poético às questões nacionais de seu tempo. A esse respeito, Constância Lima Duarte constata que a obra teve pelo menos duas edições no ano de seu lançamento, conforme um anúncio publicado no *Jornal do Comércio* que informava sobre a reimpressão do livro. A pesquisadora aponta que, devido à forte influência da temática liberal, a questão indígena acabou sendo colocada em segundo plano, com ênfase nos aspectos políticos da revolução: “alguns críticos se referiram ao livro como uma “poesia sobre a Revolução Praieira”, privilegiando este aspecto em detrimento da questão indígena”, argumentando ainda que “este equívoco gerou outro: fez com que vários autores considerassem *A lágrima de um Caeté* e *Poesias da Revolução Praieira* como sendo dois títulos distintos” (Duarte, 1997, p. 8).

Assim, a repercussão inicial do poema confirma seu duplo alcance, sendo eles estético e político, além de reforçar a leitura de que a autora utilizou a literatura como espaço crítico sobre a realidade brasileira oitocentista. Nesse poema, a trajetória do indígena evidencia o drama do sujeito nativo espoliado, tanto pelo colonizador português quanto pelos liberais. Os 712 versos são distribuídos em diferentes métricas, predominando os decassílabos, mas também incluindo estrofes em heptassílabos, hendecassílabos e até redondilhas menores. Essa variedade métrica contribui para intensificar a carga desta narrativa histórica que concilia denúncia e poesia.

No plano temático, o poema articula dois dramas centrais: o do indígena brasileiro, silenciado pela violência colonial, e o dos liberais derrotados na Revolução Praieira. A figura que centraliza ambos os conflitos é um indígena da etnia Caeté, apresentado não como um herói idealizado, mas como um sobrevivente melancólico. Ele aparece solitário, às margens do rio Beberibe, em um cenário marcado pelo crepúsculo, o que já carrega uma simbologia de fim, de luto:

Lá quando no Ocidente o sol havia
Seus raios mergulhado[s], e a noite triste
Denso ebânico véu já começava
Vagarosa a estender por sobre a terra [...]
Vagava solitário um vulto de homem,
De quando em quando ao céu levando os olhos,
Sobre a terra depois triste os volvendo...

(Floresta, 1997[1849], p. 35).⁴

O surgimento de Caeté à margem do rio pode ser interpretado como uma representação de um personagem que também vive à margem da sociedade e que se encontra, igualmente, à margem do próprio processo narrativo da obra. O indígena que Nísia Floresta constrói não é um “selvagem” idealizado, como era comum no romantismo indianista, mas um homem pensante, lúcido e melancólico, marcado pela memória do genocídio, da perda de sua família e da devastação de seu povo. Alcmenos Bastos (2011, pp. 13-14) afirma que os românticos utilizaram duas abordagens no indianismo para valorizar uma imagem idealizada dos povos originários e se distinguir dos lusitanos: uma exaltava suas qualidades físicas e morais, afastando-o da imagem de "homem quase-fera"; a outra o retratava como "primitivo ingênuo", um instrumento inocente no processo colonial, colocando-o como protagonista nas narrativas.

Segundo Stélio Torquato Lima, o personagem Caeté é figurado em três níveis de representatividade: como membro de uma nação indígena em dissolução, como porta-voz de todas as nações indígenas brasileiras e, por fim, como símbolo da nação brasileira, sempre inserido em uma avaliação crítica do período colonial e das relações de submissão impostas pelo despotismo português.

A luta do Caeté, entretanto, se dá em outro palco: o resgate da identidade de seu povo. Dessa forma, o caeté toma para si uma tarefa monumental: tomando consciência do caráter ideológico do discurso historiográfico, o índio procura desconstruir a História oficial erigida pelo europeu, a qual reservou aos caetés a imagem de antropófagos cruéis e belicosos (Lima, 2008, p. 103).

O estudioso analisa a figura de Caeté ao compreender a consciência do personagem a respeito do caráter ideológico da historiografia oficial e seu papel ativo na desconstrução da imagem estereotipada de antropófago, imposta pelo colonizador, e de selvagem idealizado, imposta pelos autores literários no século XIX. Na contrapartida, a maior parte dos escritores românticos empenhava-se em criar um ser quase mítico, capaz de encarnar um novo ideário de nação para a Europa, traço que José de Alencar, em obras como *Iracema* (1865) e *O Guarany* (1857), buscou representar, assim como outros romancistas brasileiros que exploraram temáticas semelhantes, a exemplo de *Acaíaca*

⁴ A edição utilizada neste trabalho é a de 1997, organizada por Constância Lima Duarte, que preserva a estrutura original da publicação de 1849. A obra foi atualizada com notas explicativas e acompanhada de um estudo crítico aprofundado sobre a autora e o contexto de *A Lágrima de um Caeté*.

(1866), de Joaquim Felício dos Santos; *Os índios do Jaguaribe* (1870), de Franklin Távora; e *O índio Afonso* (1873), de Bernardo Guimarães. A esse conjunto somam-se ainda os contos *Jupira*, de Bernardo Guimarães (1825–1884), e *Camirã, a quinquinau*, de Visconde de Taunay (1843–1899).

Desse projeto simbólico, “surgia a representação idealizada, cujas qualidades eram destacadas na construção de um grande país”; assim, literatura e política entrelaçavam-se na tentativa de forjar uma identidade nacional, uma vez que “a história estava a serviço de uma literatura mítica que, junto com ela, selecionava origens para a nova nação” (Schwarcz, 1998, p. 213). Em contraponto a essa visão idealizada, Nísia Floresta propõe uma perspectiva distinta: seu indígena é um ser vencido e consciente, cuja nobreza e liberdade residem na lucidez diante da ruína de seu povo, vivendo em harmonia com a natureza e resistindo, com dignidade, às marcas da opressão e da violência.

Não lhe cingia a fronte um diadema,
Insígnia de opressor da humanidade...
Armas não empunhava, que os tiranos
Inventaram cruéis, e sob as quais
Sucumbe o rijo peito, vence o inerte,
mata do fraco a bala o corajoso,
Mas deste ao pulso forte aquele foge...
(Floresta, 1997[1849], pp. 35-36).

Ao afirmar que “não lhe cingia a fronte um diadema”, Nísia Floresta evidencia a ausência de poder desse personagem, em nítido contraste com os opressores europeus. A autora o apresenta como um homem que não se sente mais pertencente a uma terra, alguém que “busca uma lembrança,/ [...] um lugar, que já foi seu,/ do qual o Despotismo o despojara...” (Floresta, 1997 [1849], p. 36). Assim, Nísia Floresta transforma o indígena na figura do vencido da história, personagem que carrega em si tanto a perda da terra como a perda de sua própria autonomia, tornando-se um símbolo de uma nação marcada pela violência colonial. Diante disso, Caeté pode ser compreendido como emblema de oposição à civilização trazida pelos europeus, dado que este personagem surge como testemunha de uma história que já foi perdida, alguém que contempla a sua terra destruída e o genocídio de seu povo por meio de uma postura analítica.

Considerando esse aspecto, a representação do indígena no poema dialoga com a análise de Darcy Ribeiro (1995), ao apontar que a colonização teve início sob uma

aparente harmonia, mas que rapidamente se transformou em conflito aberto. Os povos indígenas, inicialmente receptivos, logo perceberam que a presença europeia significava não apenas a perda de seus territórios, mas também a negação de sua humanidade. Como afirma o autor:

Frente à invasão europeia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de cargas (Ribeiro, 2006 [1995], p. 44).

O poema de Nísia Floresta reflete essa percepção histórica: o indígena narrador recorda a destruição de sua cultura e amaldiçoa tanto o “fero luso ambicioso” quanto os Tabajaras, chamados de “raça escrava” por colaborarem com os colonizadores (Floresta, 1997 [1849], p. 38). Sabemos que o processo de colonização do Brasil foi marcado por diferentes visões e interesses em relação aos povos indígenas, revelando o caráter exploratório e também a dimensão ideológica do domínio europeu. Nesse contexto, Darcy Ribeiro pondera que “para os colonos, os índios eram um gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava à escravidão” (Ribeiro, 2006 [1995], p. 49). Essa leitura histórica e crítica do processo colonial ajuda a compreender o tom de indignação presente nos versos de Nísia Floresta, em que o eu lírico denuncia com veemência a violência e a hipocrisia dos colonizadores e também dos povos que se aliaram a eles neste processo.

Fica claro que o tom da denúncia no poema é direto e direcionado aos *lusos* ambiciosos: “E sobre nós / Tudo lançou! / De nossa terra nos despojou! / Tudo roubou-nos, / Esse tirano, / Que povo diz-se Livre e humano!” (Floresta, 1997 [1849], p. 37). O uso reiterado de pontos de exclamação intensifica a carga emocional do discurso e marca um clamor de revolta que reflete o sentimento de perda e de resistência do eu lírico, reforçado quando o indígena suplica pela terra de seus ancestrais, “ó terra de meus pais, ó Pátria minha!” (Floresta, 1997 [1849], p. 38). Ao chamar o colonizador de “tirano” e questionar sua autodefinição como “livre e humano”, Nísia Floresta vai de encontro à retórica civilizatória europeia, denunciando o paradoxo entre o ideal de liberdade proclamado pelos colonizadores e a prática brutal da escravidão e da dominação, a mesma contradição apontada por Darcy Ribeiro ao analisar a violência do projeto colonial.

Segundo Constância Lima Duarte (1997, p. 13), o texto de Nísia Floresta “paga

tributo à herança clássica, mas assume um tom de elegia e de denúncia que o aproxima de uma poética do vencido, do oprimido”. De modo semelhante, Antonio Candido (2006 [1965], p. 25) afirma que os elementos de ordem social são “filtrados através de uma concepção estética e trazidos ao nível da fatura, para entender a singularidade e a autonomia da obra”. A observação de Candido reforça a leitura de Duarte ao evidenciar que, em Nísia Floresta, a crítica social, além de se apresentar no conteúdo, manifesta-se na própria estrutura poética, na qual o elemento social é incorporado de forma orgânica, configurando aquilo que a pesquisadora define como uma “poética do vencido”.

Sob esse viés, notamos que a autora potiguar subverte o modelo heroico ao centralizar a figura do indígena vencido, cuja dor e revolta ganham voz ao lembrar que a morte de sua esposa, de seu filho e a perda de sua terra são consequências diretas da ação dos lusitanos. Para Caeté, a chegada das novas ideias e valores europeus representa a perda de suas terras, privando-o até mesmo da relação sagrada que mantinha com a natureza, tanto que o eu lírico expressa a sua dor por meio de verbos no pretérito: “Nossas eram as matas, suas frutas, / seus regatos, seus rios, tudo era / Propriedade nossa... a Natureza”. A dor dessa perda, nota-se, é expressa em tom confessional e profundamente sentimental: “perdi, perdi os filhos; / Ai de mim! Inda vivo!! / Com a Pátria lá se foram esses tesouros! / O pranto só me resta!...” (Floresta, 1997 [1849], p. 42). Nesse conjunto de versos, Caeté expressa suas perdas pessoais e, ao mesmo tempo, transforma sua dor em denúncia coletiva, já que a voz do indígena transcende o próprio sofrimento e expõe a ruína de seu povo, ao revelar que seus “tesouros” se foram com a “Pátria”.

A experiência do personagem, portanto, reflete a violência colonizadora, e sua última esperança se converte em desejo de justiça, como revela o verso: “Só me resta um sentir, um só desejo, / Desejo de vingança! / Vingança de selvagem tão tremenda, / tão nobre como ele!” (Floresta, 1997 [1849], p. 42). Duarte afirma que o sentimento de vingança no personagem de Nísia Floresta não se demonstra apenas como um impulso bárbaro ou instintivo, mas é fator constituinte de uma maneira de resistência identitária diante da destruição cultural e física imposta pelo colonizador. A fúria do Caeté, podemos inferir, manifesta-se como expressão de uma consciência histórica que se recusa à assimilação dos ideais europeus e à passividade diante do genocídio de seu povo. Duarte (1997) considera que essa vingança, longe de ser mera reação emocional, configura-se como um gesto simbólico, por meio do qual o sujeito indígena reafirma sua dignidade e

denuncia a violência do processo civilizatório.

A autora não só reconhecia, como denunciava o esvaziamento da personalidade cultural do índio mediante o contato com o colonizador. Seu personagem não adota valores estrangeiros, mas mantém a duras penas sua identidade. E a consciência do Caeté revela-se através do ódio que explode (este, em ambas as falas, tanto na do índio quanto na da narradora aí implícita) nas acusações que dirige aos traidores e em supostas vinganças que alimenta. (Duarte, 1997, p. 19).

Constância Lima Duarte defende a postura crítica de Nísia Floresta diante da violência cultural imposta pela colonização, ao destacar que sua representação do indígena rompe com o ideal romântico do “bom selvagem”. Ao preservar a identidade do Caeté e expressar sua consciência por meio do desejo de vingança, Nísia Floresta converte o sentimento do personagem em instrumento de resistência. Em sua busca por justiça, o Caeté ouve o grito: “Eia! Avante! Guerreiros libertemos / A terra dos Caetés, a terra nossa!” (Floresta, 1997 [1849], p. 45), que ressoa como um trovão saído dos “peitos de Brasileiros”, associando o indígena aos combatentes da Revolução Praieira. Nesse gesto, o personagem reconhece na revolta liberal a continuidade da luta de seu povo por liberdade e dignidade.

Movido por esse chamado, ele parte para o combate e chega justamente no momento em que Nunes Machado, herói da revolta, é morto: “Caiu o Chefe Imortal / Dos bravos Pernambucanos! / [...] Ali vê no chão prostrado / O Herói NUNES MACHADO!!” (Floresta, 1997[1849], p. 46). A autora oitocentista presta uma homenagem ao líder revolucionário nos versos seguintes, evidenciando o viés político da obra, ao mesmo tempo em que dirige duras críticas ao governo imperial, responsabilizando-o pela repressão e pela destruição dos ideais de liberdade.

Nesse momento, o Gênio do Brasil⁵ aparece e se dirige ao indígena Caeté: “Não chores, ó Caeté, o amigo teu: / Que caiu, não morreu, porque o bravo / Constante defensor da Pátria sua, / Para a Pátria não morre.” (Floresta, 1997[1849], p. 49). No entanto, o Caeté continua movido pelo desejo de vingança e decide partir sozinho, sem aliados. É então que surge uma figura simbólica de grande relevância: a Realidade, que tenta dissuadi-lo de seu impulso heroico: “Pára, miserando — disse ela ao Caeté — / Os restos

⁵ Segundo Constância Lima Duarte (1997, p. 22), o *Gênio do Brasil* representa a personificação do espírito de brasilidade e surge no poema com a função de consolar o indígena, lembrando-lhe a coragem e o heroísmo de Nunes Machado.

depõe de tanta bravura, / Encara-me atento... perderás a fé / Com que praticar vais uma loucura!” (Floresta, 1997[1849], p. 52). Podemos inferir, a partir da leitura desses versos o embate entre o ideal romântico de heroísmo e a rigidez dos limites impostos pela realidade. A figura alegórica da Realidade repreende o Caeté, classificando a fé que ele tinha na vingança como uma “loucura”.

A respeito dessa alegoria, Constância Lima Duarte observa que “A personificação da Realidade é quem pronuncia as palavras sensatas que ele traz dentro de si, a partir mesmo da consciência que conserva de sua situação de oprimido na própria terra” (Duarte, 1997, p. 22). O tom imperativo adotado pela Realidade expressa o esforço racional para conter o impulso individual do herói, revelando, assim, a crítica de Nísia Floresta ao idealismo romântico e ingênuo, ao mesmo tempo em que destaca a consciência dos limites históricos da ação diante de um contexto de opressão e exclusão durante a revolução praieira.

Logo em seguida, aparece a *Liberdade*, uma virgem luminosa, sendo perseguida por um “monstro enroscado”, que representaria o *Despotismo*. O Caeté hesita em defendê-la, mas novamente é impedido pela *Realidade*. O herói então retorna à mata. À margem do Rio Goiana, ele chora seus mortos e o fim de sua raça, o que também representa a derrota dos ideais liberais.

Nesta obra, Nísia Floresta apresenta uma ideia totalmente contrária àquela das páginas romantizadas, considerando o real desprezo que os ameríndios sofriam na sociedade brasileira. Ao ler seus ensaios críticos, percebemos uma presença ativa da autora em defesa dos indígenas na primeira metade do século XIX. A ensaísta, considera que o “desprezo, com que foi sempre, e continua a ser olhada a sua raça [os indígenas] pelas nossas outras populações, é um abuso antinacional, anticristão, que os nossos governantes e o nosso clero devem fazer desaparecer, empregando [...] meios mais próprios e seguros para consegui-lo” (Floresta, 2019[1853], p. 116, grifo nosso). Em sua obra *Opúsculo Humanitário* (1853), a autora potiguar argumenta que as mulheres indígenas eram:

Dignas, por suas virtudes inatas, de receberem educação moral e intelectual que as colocasse a par de nossas mulheres civilizadas, as aborígenes do Brasil foram as primeiras vítimas imoladas à licença dos homens da civilização, que vieram trazer ao seu país as vantagens da vida europeia (Floresta, 2019[1853], p. 110).

Nísia Floresta questiona a figuração de indígenas como personalidades lendárias e mitológicas, uma prática comum na época, usada para construir uma imagem idealizada de um Brasil harmonioso. Antes mesmo do surgimento de obras como *Iracema* e *O Guarani*, ela denunciava a escravidão das mulheres indígenas e a falta de acesso à educação, um privilégio reservado apenas aos integrantes da chamada “sociedade civilizada”.

Essa crítica se insere em um contexto mais amplo da literatura brasileira do século XIX, em que a figura do indígena era frequentemente utilizada como componente simbólico na construção de um ideário nacionalista com viés indianista. Tal abordagem, no entanto, romantizava e mitificava o ameríndio, ao mesmo tempo em que relegava à invisibilidade as consequências negativas e as injustiças históricas cometidas contra os povos originários. A esse respeito, Nísia Floresta, de forma precisa, ponderou que, apesar da presença de fortes personalidades indígenas na história do Brasil, como mulheres nativas guerreiras, fiéis e célebres, não restou “nenhum feliz resultado [...] às futuras gerações, que em pouco desaparecerão talvez inteiramente do solo brasileiro!” (Floresta, 2019[1853], p. 112), assim como o povo de Caeté retratado em seu poema.

De acordo com os estudos de Immanuel Wallerstein (2002, p. 205), a ideia de civilização foi historicamente construída a partir de uma perspectiva eurocêntrica que “é constitutiva da geocultura do mundo moderno” e expressa por uma ciência social que “surteu em resposta a problemas europeus”. Essa concepção fez da Europa o centro do conhecimento e do progresso, projetando sobre outros povos uma imagem de atraso e irracionalidade. Em diálogo com essa crítica, o poema de Nísia Floresta revela como o indígena é retratado fora desse modelo eurocêntrico: ele não é o “selvagem” dominado pela brutalidade, mas um ser dotado de força moral e dignidade natural, em contraste com o colonizador, que representa a verdadeira barbárie disfarçada de civilização. Como observa Aníbal Quijano (2005), o sistema colonial estabeleceu uma hierarquia racial e cultural que situava os povos originários em um “espaço social de inferioridade”, negando-lhes humanidade e racionalidade. Nísia Floresta, entretanto, subverte essa lógica ao dar voz ao indígena e denunciar a hipocrisia do discurso europeu de superioridade. Sua poesia evidencia a contradição de uma civilização que se dizia “livre e humana”, mas que construiu seu poder sobre a escravidão e o extermínio — uma crítica que converge com as análises de Wallerstein e Quijano sobre a origem colonial da modernidade e sobre os

mecanismos ideológicos que sustentaram a dominação europeia.

Dessa forma, ao construir uma trajetória circular e melancólica, que se inicia às margens do rio Beberibe e se encerra às margens do rio Goiana, porém “mais triste do que lá no Beberibe” (Floresta, 1997 [1849], p. 56), Nísia Floresta reforça, de forma metafórica, a condição de exclusão do indígena. Essa exclusão não se limita ao espaço físico, mas estende-se ao campo simbólico e histórico, revelando o apagamento sistemático das vozes nativas no processo de formação nacional. O Caeté, como figura lírica e histórica, encarna o sujeito deslocado pela lógica colonial e pelo mito da civilização europeia. Nesse sentido, o pensamento de Wallerstein (2002) e de Quijano (2005) ajuda a compreender como a modernidade se construiu sobre a negação do outro, sustentando um imaginário eurocêntrico que hierarquiza culturas e naturaliza a desigualdade. Podemos dizer, portanto, que Nísia Floresta, ao romper com esse paradigma, anteciparia uma crítica decolonial ao denunciar a falsa universalidade da civilização ocidental e ao restituir ao indígena sua humanidade, sua memória e sua voz poética. Assim, sua obra não apenas revisita o passado colonial, mas também propõe uma reinterpretação ética e estética da história brasileira, em que o indígena deixa de ser mito e torna-se sujeito da própria narrativa.

Reflexos de uma Lágrima: conclusões

A partir de *A Lágrima de um Caeté*, podemos refletir sobre duas concepções importantes: o indianismo e o indigenismo. Enquanto o indianismo se caracteriza pelo afastamento da realidade por meio da idealização do indígena, muitas vezes como símbolo exótico ou heroico nacional, o indigenismo propõe uma aproximação com a realidade social e histórica dos povos originários, evidenciando suas derrotas, marginalizações e resistências. Sob essa perspectiva, e em diálogo com as reflexões de Immanuel Wallerstein (2003) e Aníbal Quijano (2005), é possível compreender a escrita de Nísia Floresta como um gesto que antecipa a crítica à lógica eurocêntrica de civilização e à colonialidade do poder. Ao revelar a desigualdade estrutural que sustentou o projeto colonial brasileiro e denunciar a exclusão dos povos indígenas da narrativa de modernidade, a autora insere sua poesia em um campo discursivo que desestabiliza as hierarquias culturais impostas pela Europa.

É nessa linha que se insere Nísia Floresta. Como aponta Constância Lima Duarte (1997, p. 26), “mais que um poema indianista temos aí talvez uma das primeiras abordagens de cunho indigenista de nossa literatura”. Nela, o Caeté já surge como um herói derrotado, consciente do extermínio de seu povo e da perda dos ideais liberais. Ao adotar tal perspectiva, Floresta faz uma crítica direta à sociedade do século XIX e antecipa o destino do indígena romantizado: agora excluído e silenciado.

Com isso, Nísia rompe com o exotismo romântico e constrói, em forma poética, um duplo relato de opressão, o da derrota indígena e o da frustração do projeto liberal pernambucano, unindo duas lutas sob a voz de um personagem apagado pela história. Como lembra Terry Eagleton, “talvez, em certo sentido, possamos entender uma obra do passado melhor do que seus contemporâneos” (2019, p. 146), o que nos permite perceber no poema de Nísia Floresta uma denúncia que ecoa de maneira ainda mais clara em contextos contemporâneos, assim como as denúncias que a autora faz em seu livro de ensaios *Opúsculo Humanitário* (1853) que discute também a falta de apoio institucional às mulheres indígenas do século XIX.

Ao dar voz a um indígena derrotado, e ao vincular essa voz à crítica social e política, Nísia Floresta antecipa discussões que ainda hoje permanecem urgentes. Sua escrita questiona as bases do nacionalismo excludente e aponta para a necessidade de revisitar a história a partir de outras perspectivas, especialmente daquelas que foram silenciadas.

A figuração do Caeté opera como representação simbólica da perda da identidade indígena frente ao avanço do projeto colonial. Sua *lágrima* funciona como imagem das múltiplas perdas sofridas: o território, os vínculos familiares, a cultura e a autonomia. Ao construir um eu lírico indígena consciente de sua condição histórica e derrotado desde o início, Nísia rompe com a idealização romântica e adota uma perspectiva indigenista, marcada por uma crítica à violência colonial e à exclusão sistemática dos povos originários. A subjetividade do Caeté é atravessada por uma memória coletiva de extermínio e sua voz enlutada torna-se uma forte denúncia, deslocando o indígena do lugar de mito nacional para o de sujeito histórico silenciado e articulando, pela via poética, os efeitos da perda e do apagamento.

Em síntese, a leitura da obra, à luz das reflexões de Wallerstein e Quijano, permite compreender como Nísia Floresta, já no século XIX, desafia os fundamentos

eurocêtricos que associavam civilização à dominação e modernidade à exclusão. Sua escrita poética atua como uma contra-narrativa à colonialidade do poder, reivindicando para o indígena o estatuto de sujeito histórico e moral, e expondo as contradições do discurso civilizatório europeu. Dessa forma, *A Lágrima de um Caeté* se consolida não apenas como uma denúncia da violência colonial, mas como um gesto precursor de pensamento decolonial na literatura brasileira.

Referências

BASTOS, Alcmeno. *O índio antes do indianismo*. Rio de Janeiro: FAPERJ / 7 Letras, 2011. 138 p.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Todavia, 2023 [1959].

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006 [1965].

DUARTE, Constância Lima. A lágrima de um Caeté: uma nova página do indianismo brasileiro. In: FLORESTA, Nísia. *A lágrima de um Caeté*. Fundação José Augusto, Rio Grande do Norte, 1997 [1849].

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: dicionário ilustrado*. 1 reimp. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: MUZART, Zahidé L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Antologia. vol. I. Florianópolis: Mulheres/Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

DUARTE, Constância Lima. (Org.). *Memorial do Memoricídio: escritoras esquecidas pela história*. Vol. 1. Belo Horizonte: Luas Editora, 2022.

EAGLETON, Terry. *Como ler literatura*. Tradução: Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Notas de Maria Helena de Almeida Freitas e Mônica Almeida Rizzo Soares. Brasília: Senado Federal, 2019 [1853].

FLORESTA, Nísia. *A lágrima de um Caeté*. Fundação José Augusto, Rio Grande do Norte, 1997 [1849]

LIMA, Stélio Torquato. *O indianismo e o problema da identidade nacional em A lágrima de um Caeté, de Nísia Floresta*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Letras, João Pessoa (PB), 2008.

MENDONÇA, Simone Cristina. Histórias literárias e circulação de narrativas ficcionais: uma reflexão sobre os primeiros livros impressos no Brasil. In.: BUENO, Luís; SALES, Germana; AUGUSTI, Valéria (org.). *A tradição literária brasileira: entre a periferia e o centro*. Brasília: Argos, 2013. p. 99 - 114.

MUZART, Zahidé L. *A questão do cânone*. Anuário de literatura, p. 85-93, 1995.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, pp. 117-142, 2005.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1995].

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: Uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Revan, 2003.